

Art. 4º Fica modificado § 1º, do art. 132, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 132 (...)

§ 1º -Fica isento do pagamento da taxa no primeiro licenciamento.

Art. 5º Fica alterado o ANEXO III – TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA RELATIVA A LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III – TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA RELATIVA A LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

ANEXO III TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA RELATIVA A LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO		
ORD.	FAIXA DE PREÇO	QUANTIDADE EM UFM
1.1	Até 50 m²	0,12 por m²
1.2	Acima de 50 m² até 100 m²	0,14 por m²
1.3	Acima de 100 m² até 500 m²	0,15 por m²
1.4	Acima de 500 m²	70 pelos primeiros 500 m²+ 0,2 por m² excedente
2.0	Estabelecimentos sem local fixo	5
3.0	Produtor Rural Pessoa Jurídica	60

Art. 6º Fica alterado o artigo 364, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cont.: LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2020, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020

Art. 364 - A prova de quitação do tributo para com a Fazenda Pública Municipal será feita por certidão referente a débitos, expedida exclusivamente pelo próprio contribuinte por meio eletrônico no site da prefeitura municipal, contendo todas as informações necessárias à identificação que contenha todas as informações exigidas pelo fisco, na forma do regulamento.

§ 1º -Fica gratuita a emissão da certidão por meio eletrônico.

§ 2º Havendo débito em aberto, a Certidão será positiva, revelando os débitos pendentes para com a fazenda Municipal, seja de origem tributária ou não tributária.

Art. 7.º Fica revogado o art. 365.

Art. 8º Fica revogado o § único do art. 365.

Art. 9º Fica alterado o art. 369, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 369 – As certidões terão validade de 30 dias.

Art. 10 Fica revogado o art. 370.

Art. 11 Fica revogado o parágrafo único do art. 370.

Art. 12 As alterações constantes nesta Lei passam a vigorar em 01 de janeiro de 2020.

Porto Esperidião, 16 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

LICITAÇÃO PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO CARTA CONVITE 01/2021

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

CONVITE 01/2021

O prefeito de Porto Esperidião-MT, torna público a HOMOLOGAÇÃO DA CARTA CONVITE 01/2021 do objeto referente definido como: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA E ORIENTAÇÃO TÉCNICA PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIO. EM FAVOR DA EMPRESA: M.J**

COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – CNPJ: 24.686.425/0001-10 VALOR TOTAL DE: R\$: 173.750,00 (CENTO E SETENTA E TRES MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 29 de janeiro 2021.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA - PREFEITO

CONTABILIDADE EDITAL DE COMUNICAÇÃO

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA, Prefeito de Porto Esperidião, no uso de suas atribuições legais, convida os munícipes a participarem da Audiência Pública para discussão dos Relatórios do 3º Quadrimestre /2020 do R.G. F. (Relatório de Gestão Fiscal), do Município de Porto Esperidião, conforme determina a LC nº 101/00 (LRF), a ser realizada na Sede da Câmara Municipal – Rua Marechal Rondon nº 72 – Bairro Centro, dia 03 de Fevereiro de 2021 às 09:00 hs.

Porto Esperidião-MT, 29 de Janeiro de 2021.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE LEI Nº 867/2020, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020. “DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO DOS ANEXOS DAS LEIS MUNICIPAIS Nº 778/2017 – PPA 2018/2021 E LEI 851/2020 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EX

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Para atendimento às obrigações legais quanto a compatibilidade das peças de Planejamento, os anexos das **Leis Municipais nº 778/2017 – Plano Plurianual**, para o quadriênio 2018 à 2021, e **Lei 851/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias**, para o exercício financeiro de 2021, passam a vigorar nos termos dos relatórios contidos nos itens I e II desta lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE LEI Nº 866 /2020, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito de Porto Esperidião - MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal de Vereadores, **APROVOU** e **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art.1º - Fica mantido como subsídio mensal dos secretários municipais de Porto Esperidião, para a gestão 2021 a 2024, em parcela única, o estabelecido na Lei n.º 598/12, de 27 de novembro de 2012, respeitando os reajustes anuais estabelecidos no artigo 3º da referida Lei, assegurando-se, incontinenti, a revisão anual a partir de 2021.

Art. 2º - Fica assegurada nos termos do Artigo 37, Inciso X, da Constituição Federal, a revisão anual na mesma data da revisão dos servidores municipais.

Art. 3º – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão lançadas em dotações orçamentárias específicas e suplementadas, se necessário.

Art. 4.º - Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2021.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Esperidião, 16 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 865 /2020, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito de Porto Esperidião - MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal de Vereadores, **APROVOU** e **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica mantido como subsídio mensal do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, para a gestão 2021 a 2024, em parcela única, o estabelecido na Lei n.º 597/12, de 27 de novembro de 2012, respeitando os reajustes anuais estabelecidos no artigo 3º da referida Lei, assegurando-se, incontinenti, a revisão anual a partir de 2021.

Art. 2º - Fica mantido como subsídio mensal do Vice-Prefeito de Porto Esperidião, para a gestão 2021 a 2024, em parcela única, o estabelecido na Lei n.º 597/12, de 27 de novembro de 2012, respeitando os reajustes anuais estabelecidos no artigo 3º da referida Lei, assegurando-se, incontinenti, a revisão anual a partir de 2021.

Art. 3º Fica assegurada nos termos do Artigo 37, Inciso X, da Constituição Federal, a revisão anual na mesma data da revisão dos servidores municipais.

Art. 4º – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão lançadas em dotações orçamentárias específicas e suplementadas, se necessário.

Cont. LEI Nº 865 /2020, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2021.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Esperidião, 16 de dezembro de 2020.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2021 - ESTABELECE A MÚTUA COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA/MT E O MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES/MT, VISANDO A DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2021.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA/MT E O MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES/MT.

PARTÍCIPES:

O MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida José Antônio de Faria, n.º. 2035, Centro, Porto Estrela - MT, inscrito no CNPJ n.º. 24.740.268/0001-28, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **EUGÊNIO PELACHIM**, portador da cédula de identidade RG n.º. 1.323.121 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF sob o n.º. 424.930.999-15, daqui por diante denominado COOPERANTE;

MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Ângelo Masson, n.º 1000, Centro, Barra do Bugres - MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03.507.522/0001-72, neste ato representada pelo seu Prefeito Sr. **DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS**, portador do RG n.º 1105370-4 SJ/MT, devi-

damente inscrito no CPF sob o n.º 002.472.251-00, daqui por diante denominado COOPERADO,

As partes supra identificadas ajustaram, e por este instrumento celebram um Termo de Cooperação Técnica, em conformidade com as normas legais vigentes, no que couber, com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas pertinentes, e com as disposições contidas nos autos do acordo de cooperação técnica n.º 001/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA -DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto estabelecer a mútua cooperação entre o Município de Porto Estrela/MT e o Município de Barra do Bugres/MT, visando a destinação dos resíduos sólidos urbanos de Porto Estrela/MT, para o aterro sanitário de Barra do Bugres/MT e em contrapartida a disponibilização de maquinários (Escavadeira Hidráulica e Caminhão Caçamba) do Município de Porto Estrela/MT para o Município de Barra do Bugres/MT.

CLÁUSULA SEGUNDA -DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

I - Compete ao Município Cooperante:

- a) Disponibilizar maquinários (Escavadeira Hidráulica e Caminhão Caçamba) a cada 30 (trinta dias) por um período não superior a 5 (cinco) dias de serviço;
- b) Disponibilizar os maquinários em perfeito funcionamento;
- c) Disponibilizar funcionários para operar o maquinário.

II - Compete ao Município Cooperado:

- a) Receber os Resíduos Sólidos Urbanos do Município cooperante em seu aterro sanitário sem a incidência de qualquer taxa ou valor adicional;
- b) Arcar com as despesas de abastecimento do maquinário disponibilizado.

CLÁUSULA TERCEIRA -DA EXECUÇÃO

As atividades decorrentes do presente Termo serão executadas fielmente pelos partícipes, de acordo com suas cláusulas, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As ações relacionadas à execução das atividades objeto deste Termo dar-se-ão conforme cronograma de execução, preliminarmente acordado entre os partícipes.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS OU DO ÔNUS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Termo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes. Os serviços decorrentes do presente termo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações pelos mesmos.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO

Cada partícipe indicará um gestor e seu respectivo substituto (pessoa física) para acompanhar a execução deste acordo.

Ao gestor do acordo de cooperação técnica do Município de Porto Estrela/MT, competirá dirimir as dúvidas que surgirem na sua execução e de tudo dará ciência à Administração do Município de Porto Estrela/MT.

Parágrafo Primeiro - O gestor do acordo de cooperação técnica anotarà, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Segundo - O acompanhamento não exclui e nem reduz a responsabilidade dos outros partícipes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA